

## NUANCES DA AVALIAÇÃO MEDIADORA NA SALA DE RECURSOS NO MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS - GO

### NUANCES OF MEDIATING ASSESSMENT IN THE RESOURCE ROOM IN THE MUNICIPALITY OF VALPARAÍSO DE GOIÁS - GO

### MATICES DE LA EVALUACIÓN MEDIADORA EN EL AULA DE RECURSOS DEL MUNICIPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS - GO

Wilma Lúcia Luiz de Freitas<sup>1</sup>

**RESUMO:** A Educação inclusiva no Brasil no decorrer das últimas décadas tem apresentado um verdadeiro processo de enfrentamento aos vários desafios postos a realidade de políticas públicas e sociais para a educação especial. Aponta-se para estes desafios a crescente procura por atendimentos especializados para alunos com dificuldades de aprendizagem em escolas de ensino comum na rede pública de ensino, sendo direito para todos um ensino regular com qualidade. Conforme esta necessidade, o objetivo deste artigo é de apresentar os resultados da investigação realizada, buscou-se mostrar como ocorre o direcionamento por meio dos documentos norteadores para avaliação de desempenho de estudantes com dificuldades de aprendizagem nas salas de recurso no município de Valparaíso de Goiás-GO. Procurou-se descrever o fenômeno da avaliação do desempenho de estudantes que frequentam as salas de recurso do município de Valparaíso de Goiás-GO, assim como a formação dos docentes que prestam serviço nas salas de recurso, seu tempo de atuação e preferências por utilização de recursos e metodologias adequadas para este atendimento.

2161

**Palavras-chave:** Docentes. Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Sala de Recursos.

**ABSTRACT:** Over the last few decades, inclusive education in Brazil has presented a real process of confronting the various challenges posed by the reality of public and social policies for special education. One of these challenges is the growing demand for specialized care for students with learning difficulties in ordinary schools in the public education system, with everyone having the right to quality mainstream education. In line with this need, the aim of this article is to present the results of the research carried out, in an attempt to show how the guiding documents for assessing the performance of students with learning difficulties in resource rooms in the municipality of Valparaíso de Goiás-GO are used. The aim was to describe the phenomenon of assessing the performance of students who attend resource rooms in the municipality of Valparaíso de Goiás-GO, as well as the training of teachers who work in resource rooms, their length of service and preferences for using appropriate resources and methodologies for this service.

**Keywords:** Teachers. Inclusive Education. Specialized Educational Assistance. Resource Room.

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação pela Universidade São Marcos; Professora da Rede Municipal de Valparaíso GO.

**RESUMEN:** En las últimas décadas, la educación inclusiva en Brasil ha presentado un verdadero proceso de enfrentamiento a los diversos desafíos planteados por la realidad de las políticas públicas y sociales de educación especial. Uno de esos desafíos es la creciente demanda de atención especializada para alumnos con dificultades de aprendizaje en escuelas comunes del sistema público de enseñanza, donde todos tienen derecho a una educación común de calidad. En consonancia con esta necesidad, el objetivo de este artículo es presentar los resultados de la investigación realizada, en un intento de mostrar cómo los documentos de orientación para evaluar el rendimiento de los estudiantes con dificultades de aprendizaje en las aulas de recursos en el municipio de Valparaíso de Goiás-GO. El objetivo fue describir el fenómeno de la evaluación del desempeño de los alumnos que asisten a las aulas de recursos en el municipio de Valparaíso de Goiás-GO, así como la formación de los profesores que trabajan en las aulas de recursos, su tiempo de servicio y las preferencias por el uso de recursos y metodologías adecuadas para este servicio.

**Palabras clave:** Profesores. Educación Inclusiva. Atención Educativa Especializada. Aula de Recursos.

## INTRODUÇÃO

A Educação inclusiva no Brasil no decorrer das últimas décadas tem apresentado um verdadeiro processo de enfrentamento aos vários desafios postos a realidade de políticas públicas e sociais para a educação especial. Aponta-se para estes desafios a crescente procura por atendimentos especializados para estudantes com dificuldades de aprendizagem em escolas de ensino comum na rede pública de ensino, sendo direito para todos um ensino regular com qualidade.

2162

Cabe, então a cada Estado e Município do País, estabelecer dentro dos parâmetros legais sua organização específica para concretizar o atendimento a esta demanda de estudantes com necessidades especiais. Disponibilizando currículos, métodos, recursos específicos, profissionais capacitados e devidamente instrumentalizados, como também repasse de recursos para a efetivação do atendimento a esta modalidade nas escolas.

Nesta perspectiva de inclusão os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem passam a fazer parte do programa de atendimento em salas de recursos ofertado nas escolas municipais. Como consta no documento de orientação do Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado (DIAEE 2011), a avaliação do desempenho dos estudantes nas salas de recursos ocorre através da observação diária do desenvolvido e desempenho do estudante mediante as propostas realizadas.

O presente artigo teve como objetivo, investigar como ocorre o direcionamento, por meio dos documentos norteadores para avaliação de desempenho de estudantes com dificuldades de aprendizagem nas salas de recurso no município de Valparaíso de Goiás – Goiás.

Todo trabalho desenvolvido que culminou neste artigo foi embasado nas políticas públicas para a Educação Especial na perspectiva de uma Educação Inclusiva, constituída principalmente para o atendimento as pessoas com deficiência intelectual e outras especificidades.

Na procura por uma Educação Inclusiva de qualidade, faz-se necessária a promoção de propostas pedagógicas centradas nos estudantes, atendendo às demandas individuais encontradas.

Neste contexto, as Salas de Recursos do Município de Valparaíso de Goiás realizam seu atendimento especializado aos estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, sendo estes fatores de ordem cognitiva, afetiva e funcionais compreendendo aspectos que comprometem o desempenho acadêmico.

O atendimento pode ser realizado em grupos ou se necessário individualmente. Estas salas são estruturadas para oportunizar o desenvolvimento de estratégias de ensino dando ênfase as habilidades e competências de cada aluno, tendo avaliação concomitante a cada etapa do trabalho desenvolvido.

## FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A proposta de se levantar um breve histórico da Educação Especial no Brasil consiste em contextualizar como era o tratamento destinado às pessoas deficientes em determinados momentos da história e sua relação com o desenvolvimento da humanidade. Procurando compreender acontecimentos e fatores característicos que marcaram os períodos da antiguidade até a idade contemporânea. Buscando ainda compreender momentos vivenciados que influenciaram na evolução da conquista e prática do cotidiano escolar.

Ao longo da história das pessoas com deficiência, era perceptível noções de inferioridade, sentimentos negativos e comportamentos de exclusão. Aplicava-se um modelo de rejeição social deixando as Pessoas com Deficiência sem amparo e atendimento especializado. Ocorreu a construção de uma sociedade preconceituosa, onde as pessoas que apresentavam alguma deficiência carregavam um estigma de incapacidade, ficando findadas ao isolamento social. Este descaso perdurou da antiguidade até o século XIX. Em algumas culturas mais antigas, estas pessoas eram levadas à morte. Este modelo de estrutura da deficiência era todo constituído de noções negativas sobre o valor social das pessoas com deficiência; portanto, noções de inutilidade ou invalidez (Sassaki, 2012).

Este movimento histórico da Educação especial, marcado por séculos de incompreensão nos faz considerar que situações desconhecidas causam apreensão e temor, a falta de

informações e conhecimento sobre as deficiências e a falta de bases científicas acarretaram o desenvolvimento de noções inadequadas e infundadas sobre a realidade. Para Mazzotta (2011 p. 16) até meados do século XVIII, pode-se constatar que não havia informações significativas sobre o atendimento educacional dos portadores de deficiência, as informações eram baseadas no misticismo e ocultismo, não havendo base alguma científica e mesmo realística. Não se conhecia ou mesmo se compreendia o conceito de diferenças individuais.

A ideia de mudança não era cogitada, um consenso social fundamentado na condição de imutável, levou a omissão completa da sociedade em relação à mobilização e organização de serviços que pudessem atender esta população.

Somente quando o “clima social” apresentou as condições favoráveis é que determinadas pessoas, homens ou mulheres, leigos ou profissionais, portadores de deficiência ou não, despontaram como líderes da sociedade em que viviam, para sensibilizar, impulsionar, propor, organizar medidas para o atendimento às pessoas portadoras de deficiência (Mazzotta, 2011, p.17).

Para o autor, o referido “clima social”, pode ser entendido como um conjunto de conhecimentos, crenças, valores de uma sociedade, envolvendo meios materiais e políticos que surgiram em determinado momento histórico.

Assim a deficiência sempre fez parte da história do homem, mesmo que de formas diferenciadas, sempre se fez presente, escondida, omissa ou mesmo ignorada, foi repreendida e muito julgada. Em seu percurso por horas aceita, formando concepções, apresentando preocupações rumo a um sentido de avaliar as questões políticas, sociais e culturais envolvidas.

Nessa perspectiva, entende-se que as diversas formas de tratamento conferidas pelas sociedades a essas pessoas estão relacionadas às diferentes concepções acerca da deficiência assumidas ao longo dos tempos. Portanto, entender, a priori, o que é a deficiência, as diferentes visões adotadas ao longo da história e as possibilidades criadas para a superação das barreiras sociais é de grande relevância para garantia de direitos através de políticas públicas. (Pimentel, Pimentel, 2010, p.1043)

Os primeiros movimentos que marcam uma evolução na Educação especial originaram-se principalmente na Europa, estendendo-se a outros países, inclusive o Brasil.

Apesar do processo de análise da história da deficiência não ser linear, é possível apontar que, em cada período histórico, extrai-se uma nova maneira de tratar o indivíduo com deficiência. Com o advento do cristianismo e da doutrina cristã do amor ao próximo, da caridade e humildade, a parcela da população que estava à margem da sociedade passou a ser vista com olhos de misericórdia e dentre esse grupo estavam às pessoas com deficiência. (Pimentel, 2010, p.1043)

Em Condições de igualdade a Constituição Federal (Art. 206, inciso I) traz princípios norteadores para a educação, sendo o primeiro deles a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Dar condições de igualdade significa dar, para pessoas com maior ou

menor dificuldade e acessibilidade, meios para a realização e obtenção de direitos e tratamentos que permitam resultados educacionais eficazes.

### **Da Antiguidade, Idade Média para a idade moderna: o lugar ocupado pelo Indivíduo com deficiência**

Os marcos históricos da Educação Especial evidenciados na antiguidade no Egito, na Grécia e em Roma, ressaltavam que as crianças que nasciam com algum indicio de deficiência física ou mental eram tidas como seres humanos anormais, consideradas doentes, frágeis, com imperfeições. Eram abandonados até a morte uma vez que fugiam aos padrões de uma sociedade onde a representação da beleza, da estética e ideais de força e saúde prevaleciam. O ideal de adulto forte e saudável.

Com a propagação da doutrina Cristã na Idade Média, segundo Emmel (2002 citado por Silva 2010 p.16), nesta época a visão de abandono dos indivíduos com deficiência mudou, incutindo na população a ideia, o pensamento de que o homem era uma criatura divina aos olhos de Deus, mereciam ser aceitos e amados sem distinções. A morte de crianças não desejadas passou a ser condenada.

Na Idade Média, movidos ainda por um ideal cristão, os deficientes eram acolhidos nas igrejas e conventos, alimentados, sendo alvos da caridade em troca de pequenos serviços. Um tratamento que variava entre acolhimento e castigo, onde ganhavam a sobrevivência prevalecendo ainda uma forma de exclusão.

Para Pessotti (1984), citado por Silva (2010), ainda no cristianismo exigências éticas e religiosas foram cobradas destes indivíduos. As pessoas com deficiência eram vistas como culpadas de sua própria deficiência, como um castigo de Deus pelos pecados cometidos. Alguns senhores feudais criaram e mantiveram casas consideradas de abrigo para os desfavorecidos, com o intuito de tirá-los dos olhos da sociedade. Foram criados Asilos e hospitais, pois uma vez institucionalizados, alimentados e vestidos eram principalmente influenciados por determinantes da igreja, estas pessoas recebiam nada mais que um protecionismo se mantendo afastados pelas diferenças.

Com a evolução caminhando para a da Idade Moderna, vários acontecimentos em paralelos como o surgimento do capitalismo e o início do interesse em pesquisas pela ciência, voltadas em especial, para a medicina marcam um novo interesse pelo indivíduo deficiente. Apesar da manutenção da institucionalização, passa a existir uma preocupação com a socialização e a educação. No entanto, persistia uma visão patológica do indivíduo que

apresentava deficiência, o que trazia como consequência o menosprezo da sociedade. (Miranda, 2008, p. 30).

Com o surgimento do Renascimento, a visão de assistencialismo perde seu espaço abrindo caminho para o início de uma nova fase caracterizada pelo ideal de integração social. Para, Passos et al, Bastos e Gomes, (2011), neste período os movimentos culturais e intelectuais, estimulavam a ciência a realizar pesquisas para detectar as possíveis causas que acometiam a deficiência.

Momento histórico onde surgem alguns paradigmas em relação aos movimentos ideológicos e organizações sociais voltados para os indivíduos que apresentavam algum tipo de diferença física, visual, auditiva e cognitiva. As pesquisas estavam voltadas para as causas das anormalidades, “dentro de um espírito humanístico, crítico e científico (Passos et al, 2011, p.11).

Os modelos institucionais passam a ser analisados e questionados, o reconhecimento do ser humano, passa para um “ser”, que precisa ser integrado socialmente. Mesmo que com pouca visibilidade, começam a aparecer movimentos de interesse para desenvolver uma educação voltada para estes indivíduos, para as pessoas deficientes que apresentavam dificuldades significativas de aprendizagem, visando com a mesma, mudanças e esperança para estas pessoas.

2166

Ao se afastar do paradigma da institucionalização (não mais interessava sustentar uma massa cada vez maior de pessoas, com ônus público, em ambientes segregados; interessava desenvolver meios para que estes pudessem retornar ao sistema produtivo), criou-se o conceito da integração, fundamentado na ideologia da normalização, a qual advogava o “direito” e a necessidade das pessoas com deficiência serem “trabalhadas” para se encaminhar o mais proximamente possível para os níveis da normalidade, representada pela normalidade estatística e funcional (Aranha, 2001, p.15).

Informações significativas marcaram o século XVIII como um período com novas ideias, de um desenvolvimento sócio econômico relevante. A pedagogia, a ciência e a influência da filosofia iluminista trazem muita riqueza e o aparecimento de pessoas ilustres que impulsionam uma transição do final deste século para novos princípios no século XIX. Novas concepções se fundem para tornar possível uma nova identidade para a deficiência.

Com o perpassar dos séculos finalmente percebeu-se uma necessidade de transformação, a idade Moderna marca a evolução da Educação especial no mundo. Evidencia-se o início de mais pesquisas e o seu aprofundamento direcionados as causas e problemas específicos de cada deficiência.

Mazzotta (2011, p.17) afirma que “foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos

sociais, se concretizaram em medidas educacionais”. Ainda para este autor (2011), a Educação de Deficientes apresenta registros de atendimentos com vários sentidos, como assistência, abrigo, terapia, entre outros. Sendo necessário cautela e cuidado na seleção destas ações educacionais. As inúmeras expressões foram usadas para referir-se ao atendimento educacional de portadores de deficiência até o final do século XIX. Muitas destas designações ainda hoje, são utilizadas com intuito improprio principalmente de assistencialismo.

Mesmo reconhecendo que os países Europeus principalmente a França, foram precursores de novas medidas e atendimentos aos deficientes, a expansão das novas medidas educacionais, os aspectos pedagógicos, as ideias, técnicas e outros materiais, foram levados também para países como os estados Unidos, Canadá e posteriormente o Brasil.

Desta forma, o traçado da história da Educação Especial no mundo data seu início no século XVI. Segundo Mendes (2006, p.387), contou com o apoio de médicos e pedagogos que buscavam junto aos desafios da época e os conceitos vigentes acreditar que o indivíduo considerado ineducável, poderia se desenvolver e aprender, mesmo apresentando suas dificuldades.

Estes especialistas centrados no aspecto pedagógico, em uma sociedade onde a educação formal era exercida e oferecida como direito de poucos, “estes precursores desenvolveram seus trabalhos em bases tutoriais, sendo eles próprios os professores de seus pupilos” (Mendes,2006).

2167

Através de estudo e análise criteriosa das informações, em seu livro Mazzotta (2011), constatou que a primeira obra sobre a educação de deficientes impressa foi de autoria de Jean Paul Bonet, na França no ano de 1620, tendo seu título como “Redação das letras e arte de ensinar os mudos a falar”. No ano de 1770, constatou-se a primeira instituição especializada na educação de “surdos-mudos” fundada pelo abade Charles M. Eppée em Paris, inventor do método dos sinais, reconheceu a existência de uma língua onde os surdos pudessem se comunicar, o método consistia em ensinar sinais correspondentes a objetos e a eventos concretos, Eppée tem sua obra mais importante publicada em 1776, “A verdadeira maneira de instruir os surdos-mudos”.

Inspirados nos trabalhos realizados por Eppée, Thomass Braidwood e Samuel Heinecke, fundaram em seus respectivos países instituições para educação de indivíduos “surdos-mudos”. Heinecke desenvolveu o método oral para ensinar os “surdos-mudos” a ler e falar, usando os movimentos labiais. Seu método sofreu inúmeras discussões e desde aquela época existem controvérsias sobre a sua validade.



Ainda em Paris, ao referir-se ao atendimento aos deficientes da visão, pode-se citar o papel de destaque a Valentin Haüy, fundador do “Instiutte Nationale des Jeunes Aveugles” (Instituto Nacional dos Jovens Cegos) datado em 1784.

Naquela época Haüy já utilizava letras em relevo para o ensino de cegos, tendo merecido a aprovação da Academia de Ciências de Paris. Por não se caracterizar simplesmente como asilo, mas incluir a preocupação com o ensino dos cegos (principalmente a leitura), o Instituto despertou reações bastante positivas e marcou seu início com grande sucesso. (Mazzotta, 2011, p.19)

Segundo Mazzotta citado por Silva (2010), no ano de 1829, um jovem cego, aluno deste instituto, chamado Louis Braille preocupado em entender e atender as necessidades dos indivíduos cegos adaptou o código militar de comunicação apresentado por Charles Barbier, um processo de escrita para transmitir mensagens em campo de batalha para a realidade dos alunos cegos. Desde então o “código” Braille, um meio tátil de leitura e escrita até os dias de hoje, é considerado útil e eficiente para o aprendizado da linguagem para pessoas com deficiência visual.

Outro grande nome que desponta na história da educação especial foi o médico Jean Marc Gaspard Itard (1774-1838), que segundo Mazzotta (2011) foi a primeira pessoa a usar para o ensino de deficientes ou retardados mentais métodos sistematizados. Itard despontou com seu trabalho com o menino selvagem denominado de “Vitor” capturado em uma floresta ao sul da França por volta de 1800. Publicou em Paris em 1801, seu livro com registros das tentativas sobre a educabilidade de retardados. “O trabalho de Itard mostra a eficácia da instrução individual, da programação sistemática de experiências de aprendizagem e da motivação e respostas” (Mazzotta, 2011, p.22).

A médica italiana, Maria Montessori (1870-1956), foi outro importante educadora a contribuir com a evolução da educação especial. Aprimorou os processos de Itard e seu seguidor Seguin, procurando desenvolver um programa de treinamento para crianças com retardos mentais nos internatos de Roma. Segundo Mazzotta (2011), Montessori deu ênfase para a “autoeducação”, autoaprendizagem, utilizando para isto o uso de materiais didáticos, que consistiam em blocos, objetos de encaixe, objetos coloridos, recortes, letras em relevos. Inicialmente desenvolveu seu trabalho observando em crianças suas deficiências cognitivas, aprimorando sua teoria que as mesmas poderiam aprender através de experiências concretas.

Em 1928, ainda na Europa, surge a proposta curricular para retardos mentais leves, pela médica belga Alice Descoedres, focado em deficientes sensoriais e cognitivos, as atividades desenvolvidas deveriam acontecer em ambientes naturais mediante instruções individuais e grupais.



No período que compreende 1850 a 1920 ocorreram grandes oportunidades educacionais para a população de pessoas com deficiências. Mesmo que de forma lenta as instituições foram se estabelecendo e somente em 1940 nos Estados Unidos começam a surgir maiores mobilizações dos pais de crianças com paralisia cerebral para a organização de associações e fundações com o intuito de levantar fundos para centros de tratamento e pesquisa. Está tomada de posicionamento buscou estimular organizações governamentais a criarem novas legislações para proporcionar maiores recursos a este público.

O panorama da educação especial pelo mundo século XX e XIX, veio a inspirar outros países a se posicionarem e estruturarem suas propostas educacionais para o atendimento de crianças com deficiência.

## METODOLOGIA

Para este estudo foi utilizada a metodologia de pesquisa caracterizada como descritiva, com abordagem quantitativa de corte transversal de grupo focal com entrevistas semiestruturadas e observação sistêmica, valorizando metodologias de inspiração construtivista. No processo de análise, os dados produzidos pelas diferentes fontes, grupo focal e entrevista semiestruturada, foram construídos, gerando redatores de análise.

2169

A Metodologia para obtenção dos dados inclui: Localização e População do estudo. Descrição do Instrumento Metodológico (Técnicas e conceitos dos instrumentos metodológicos para obtenção das informações utilizadas no trabalho empírico); Etapas e atividades do trabalho (descrição dos depoimentos, entrevistas e observações); Aspectos éticos.

Embasado em pressupostos da pesquisa qualitativa, este trabalho, buscou como afirma Gil (2017), mediante a modalidade de entrevistas semiestruturadas, a compreensão do tema, a partir da seleção de amostras, à coleta de dados e sua análise. Em seguida, utilizando-se de um processo adequado, dar respostas às questões da pesquisa, selecionando as informações pertinentes à produção de conhecimento sobre o fenômeno estudado.

Como esta modalidade de análise não se restringe apenas a quem colhe os dados, mas há na entrevista um intercâmbio de conhecimento entre o pesquisador e o entrevistado e o que dizem os teóricos que se debruçam na dimensão de uma educação que acolha e faça a inserção, tornando a pesquisa uma escuta produtiva e basilar daquilo que se ouve.

A rede de interação que se forma já garante de ambas as partes uma produção sistemática da que se propôs a pesquisar. Também se faz necessário enfatizar que tal procedimento que é sistemático, pois relaciona o fenômeno investigado a outras categorias, é que dará o norte na

redação que se manifestou nessa inter-relação (SORDI, 2017) de informações imprescindíveis entre as categorias em análise.

Numa pesquisa qualitativa, os dados coletados manifestam uma constante relação dialógica, porque quem pesquisa tem que se acercar do fenômeno em questão, demonstrando assim um entrelaçamento dos sujeitos para que se gere uma linha condutora da experiência que se propõe a narrar. Daí, depreender que sem um deixar-se envolver por parte de quem é pesquisador, não adentrará em hipótese alguma, a complexidade do fenômeno que se encontra muitas vezes entranhado no mais íntimo de cada entrevistado. Segundo Gil (2017), em vez de se inferir aos entrevistados termos como “por quê”, para não transparecer que é para verificar “relações de causa-efeito”, seria bom levar em consideração ao iniciar essa investigação termos mais abertos e abrangentes, tais como: “o que” ou “como”: ir a causa para elucidar as consequências.

Assim, tratar-se-á de uma pesquisa de estudo de casos múltiplos, analisando algumas contribuições prático-teóricas já existentes sobre o tema e sua contribuição na prática docente para uma educação que vise uma inserção humanizadora e sensível, evidenciando, conforme Gil (2017, p. 108), “que quando dois ou mais casos de um mesmo fenômeno têm uma e somente uma condição em comum, essa pode ser considerada a causa (ou efeito) do fenômeno”.

Nessa abordagem, por se utilizar de entrevistas semiestruturadas, o ambiente em que as entrevistas foram realizadas propiciou a espontaneidade dos informantes, pois o ato de simplesmente ouvir delega ao falante poder de se expressar sem que alguém o interrompa para ratificar ou não a sua explanação, ausente em quem entrevista, porque dista do “juízo de valores e análise concomitante ao processo de escuta” (GIL, 2017, p. 82).

O entrevistado tem a palavra e quem pesquisa se fixa apenas no relato de suas experiências, evitando dessa maneira que pressupostos ou comparações influenciem em sua linha de pensamento e interfiram no processo de produção de conhecimentos. Como assevera Sordi (2017), é uma incorporação de alguém que assume a postura de um expectador atencioso e em sintonia ao que se relata.

Assim, o pesquisador ao esvaziar-se do juízo de valor em relação ao que se fala pelo entrevistado, não se distancia do fenômeno estudado, mas ao contrário vai ficando mais evidente o que os teóricos lhe indicaram nos estudos realizados. Ainda de acordo com Sordi (2017, p. 82), é um exercício de retirada, mesmo que seja momentaneamente, dos “preconceitos sociais, crenças ou suposições existentes, a fim de ir direto para a visão pura e livre do que uma

coisa ‘essencialmente é’”.

Em todos os momentos com os entrevistados, sobressaiu-se o que Sordi (2017) chama de “entrevista em profundidade”, pois, segundo ele, vem assinalada três fases: no primeiro momento, vêm à tona os contextos de experiências do ponto de vista de quem fala e de quem escuta: o entrevistado tem algo a falar ao pesquisador, o pesquisador propõe-se a escutar; no segundo, os entrevistados revisitam todas suas trajetórias vivenciadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância com as propostas de educação inclusiva, o atendimento educacional especializado(AEE), realizado nas salas de recursos para dificuldades de aprendizagem na rede de educação básica, ocorre visando a garantia do direito a educação para todos em conformidade com as leis de políticas públicas apresentadas para este atendimento nas escolas comuns.

Diante deste propósito de compreender como a avaliação de desempenho ocorre, deparamo-nos com a necessidade de estudar como se constituem o trabalho realizado neste espaço e o trabalho docente proposto pelos especialistas considerando as necessidades especiais de cada estudante.

Como apresentado pela Política Nacional de educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008b), o atendimento educacional especializado em salas de recursos, é realizado pelo do professor especialista e cabe ao mesmo as funções de identificar, elaborar e organiza recursos pedagógicos para o atendimento ao seu público alvo e consequentemente realizar sua avaliação. 2171

Cabe lançar nestas considerações que os professores especialistas das salas de recursos do município atendem as normas e determinações do Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional especializado(DIAEE), com base no documento do departamento que é disponibilizado para todas as escolas que atendem a modalidade de Salas de Recursos.

Conforme o objetivo de analisar como ocorre o direcionamento por meio de documentos norteadores para o planejamento das atividades realizadas pelas professoras das salas de recursos, foi possível identificar que a avaliação dos estudantes com dificuldades de aprendizagem ocorre por meio da utilização do modelo disponibilizado pelo (DIAEE), disponível no documento: Análise do trabalho do serviço – atendimento na sala de recurso (Relatório individual de desempenho 2009).

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete. (2001). **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. Revista do ministério público do trabalho**, ano XI, n.21, março, 2001. Pp.160173. Recuperado em: 31 março 2011. <http://www.adion.com.br/mznews/data/paradigmas.pdf>.

Brasil (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Educação Especial. Recuperado em: 10 setembro 2011. <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159/legislacao> com deficiência mental. UNICAMP. 2003. Recuperado em: 20 setembro, 2012. [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1\\_15.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf)

Figueiredo. GOMES, Adriana Leite Limaverde; POULIN, Jean-Robert. (2010). **O Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência intelectual**. MEC, SEE, UFC. Brasília, 2010. Recuperado em: 22 novembro 2011. <https://iparadigma.org.br/wp-content/uploads/Ed-inclusiva-86.pdf>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas, 2017. habilidades/superdotação: vol.3: o aluno e a família. Brasília, DF: MEC/SEE, 2007.

Lourenço, A. S., Shine, S. & Ortiz, M. C. M. **Produção de documentos psicologia: práticas e reflexões teórico-críticas**. São Paulo: Vetor, 2021.

Mazzotta, Marcos José da Silveira. (1982) **Fundamentos de educação especial**. São Paulo, Pioneira.

Mazzotta, Marcos José da Silveira. (2011). **Educação Especial no Brasil: Histórias e políticas públicas**. 6ª ed. São Paulo :Cortez.

Mendes, Enicéia Gonçalves. (2006). **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista brasileira de educação. vol11, nº 33**.

Mendes, Enicéia Gonçalves. (2010). Avaliação dos estudantes público alvo da educação especial: perspectiva dos professores especializados. **Revista educação especial. vol31, nº 63**. out/dez, 2010. Recuperado em: 12 agosto, 2011. <http://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>

Miranda, Arlete Aparecida Bertoldo (2003). **História, deficiência e educação especial. Tese Doutorado - a prática pedagógica de alunos**

Miranda, Arlete Aparecida Bertoldo (2008). **Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico**. Recuperado em: 20 setembro, 2012. [see.ufu.br/index.php/che/article/view/1880](http://see.ufu.br/index.php/che/article/view/1880).

Passos, Marileni O. de A. Bastos, Vivian de Camargo. Gomes, Walquiria O. (2011). **Fundamentos e Metodologias do Ensino Especial**. Valparaíso de Goiás- GO. Fael.

Pimentel Susana Couto. Pimentel Mariana Couto. (2011). **Resinificando a deficiência: a necessidade de revisão conceitual para definição de políticas públicas**. *Revista direitos sociais e políticas públicas*. (Unifafibe).

Recuperado em: 16 agosto, 2012. [www.Unifafibe.com.br/revista/index](http://www.Unifafibe.com.br/revista/index) issn 2318- 5732-vol. 5, nº 2, 2011.

Sassaki, Romeu Kazumi (2012). Causa, impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão. **Revista Reação, São Paulo, ano XIV, n. 87, jul./ago. 2012**  
Set/dez, 2006. Recuperado em: 20 de março, 2011.  
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v11n33.pdf>

Silva, Mara Cristina Fortuna da. (2009). **O Atendimento educacional especializado e o processo de escolarização dos alunos com deficiência**. Chapeco. Universidade Federal da fronteira Sul campus Chapecó. [http://www.educadores.diaadia.gov.br/arquivos/File/junho2010/ed\\_especial\\_dissertacoes/dissertacao\\_mara\\_cristina\\_fortuna\\_silva.pdf](http://www.educadores.diaadia.gov.br/arquivos/File/junho2010/ed_especial_dissertacoes/dissertacao_mara_cristina_fortuna_silva.pdf). Recuperado em: 14 maio 2011.

SORDI, José Osvaldo de. **Desenvolvimento de projeto de pesquisa**. São Paulo. Saraiva, 2017.

Valparaíso. (2009). SME/DIAEE. **Tutorial para Sala de Recursos. Análise do trabalho do serviço atendimento em sala de recursos**. Recuperado em: 06 março 2011. <http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/cidadedoconhecimento/>